



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de desinsetização, descupinização, desratização e controle de voadores, aplicação de repelentes e limpeza de caixas d'água, para atendimento às unidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Cultura, de acordo com as especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por A PREVENTIVA CONTROLE DE PRAGAS E FAUNAS LTDA, encaminhada via e-mail no dia 15/06/2022, às 15:38h, e com protocolo presencial de via física no Setor de Licitações, na mesma data, às 16:01h, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 067/2022, Pregão Eletrônico nº 034/2022.

A impugnação é focalizada na não exigência de apresentação dos seguintes documentos como requisitos de habilitação (qualificação técnica) no certame: **a)** *"Licença Ambiental de Funcionamento ou Dispensa"*; **b)** *"Certificado de Registro da Empresa Junto ao Conselho de seu Profissional Técnico Competente"*; **c)** *"Certificado de Registro do Profissional Junto ao Conselho Competente"*; **d)** *"Comprovação de possuir profissional habilitado para exercer atividade de Responsável técnico com comprovação de vínculo"*; e, **e)** *"Atestado de Capacidade Técnica similar a atividade desenvolvida"*.

Sustenta que tais exigências são necessárias para assegurar melhor desempenho na futura contratação, e verificação da aptidão da contratada em conformidade com as normas aplicáveis.

Ao final, pleiteia-se o acolhimento da Impugnação, com a retificação das disposições editalícias impugnadas, especialmente mediante inclusão dos documentos supracitados como exigências de habilitação.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:

**"Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

**§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**§ 2º** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**§ 3º** - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET** (<https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/>), link ‘editais e resultados’ e posteriormente ‘impugnar’”. (destacamos)

Ressalta-se, desde logo, que não fora observada a forma de interposição prevista no instrumento convocatório (protocolo no portal BBMNET, nos termos do item 12.1 do Edital), não sendo o encaminhamento via e-mail ou presencial forma de interposição contemplada no instrumento convocatório. Não obstante, prossegue-se com a análise da presente Impugnação, como medida de flexibilização de formalismo, e em observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 20/06/2022 (segunda-feira), às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada na presente data, **15/06/2022** (quarta-feira) (protocolo via e-mail às 15:38h, seguido de protocolo presencial de via física no Setor de Licitações às 16:01h) isto é, no dia útil imediatamente antecedente à data fixada para abertura da sessão pública e, portanto, **fora do prazo** previsto no Edital, considerando que os dias 16/06/2022 (quinta-feira, Feriado de Corpus Christi - Lei Municipal nº 6.075/2021) e 17/06/2022 (sexta-feira, ponto facultativo, nos termos do Decreto Municipal nº 397/2022), são dias não úteis, sem expediente no Setor de Licitação.

A Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e **vinculação ao instrumento convocatório**, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

**LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO.** O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecida a impugnação, notadamente em razão da sua **intempestividade**.

### III. Do poder/dever da administração de rever, de ofício, seus atos administrativos, por motivo de conveniência e oportunidade

De acordo com o que fora assentado no tópico anterior, cediço que o exame positivo de admissibilidade é condição essencial para o conhecimento de impugnação, descabendo falar em admitir pretensão impugnatória quando não atendidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos aplicáveis.

O não recebimento de impugnação em caso de não atendimento aos pressupostos de admissibilidade é uma exigência dos princípios da segurança jurídica e da isonomia, que devem ser respeitados e observados nos processos administrativos licitatórios.

Entretanto, independentemente de impugnação ou outro meio de provocação, não se deve olvidar do poder/dever imposto à Administração Pública de controlar seus próprios atos, revendo-os e anulando-os quando houverem sido praticados com alguma ilegalidade, ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

Trata-se do princípio da autotutela, corolário do princípio da legalidade administrativa, expresso no art. 53 da Lei nº 9.784/99, assim como na Súmula nº 473 do STF. Confira-se:

*“Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”*

*“Súmula nº 473/STF. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade,*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

*respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."*

A possibilidade de retratação de ato administrativo mediante provocação não se confunde, tampouco mitiga o poder-dever da administração de rever um ato ilegal por ela praticado, tão logo verificá-lo, independentemente de provocação. O mesmo se aplica em relação à revogação e alteração de atos que, por motivo de conveniência ou oportunidade, não mais atendam aos interesses da Administração Pública.

Diante disso, a fim de garantir que o certame seja processado e julgado em estrita conformidade com o princípio básico da legalidade e considerando que é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame (art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93), resolve-se analisar as razões que chegaram ao conhecimento da Administração, através do arrazoadado da A PREVENTIVA CONTROLE DE PRAGAS E FAUNAS LTDA, para modificação do edital e/ou adoção de outras providências cabíveis, de ofício, se este for o caso.

### III.1. Das exigências de habilitação no certame (Qualificação Técnica)

O julgamento da impugnação consiste em verificar se há vício no instrumento convocatório em virtude da não inclusão de exigências de qualificação técnica apontadas pelo Impugnante no rol de requisitos para habilitação no certame.

O presente processo licitatório tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de desinsetização, descupinização, desratização e controle de voadores, aplicação de repelentes e limpeza de caixas d'água, para atendimento às unidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Cultura, de acordo com as especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

Acerca dos processos licitatórios, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 preconiza em seu art. 37, inciso XXI, que as exigências de qualificação técnica e econômica serão permitidas desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Em nível infraconstitucional, a Lei nº 8.666/93 contempla disposições específicas acerca da documentação relativa à qualificação técnica, trazendo de forma expressa os limites para exigências dessa natureza, *in verbis*:

*"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á** a:*

*I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(...)” (destacamos)

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Abordado a temática, Marçal Justen Filho leciona na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª ed. Editora Dialética:

*“A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.”*

Pois bem.

Compulsando detidamente o instrumento convocatório, observa-se terem sido incluídas, dentre demais disposições, exigência relativa à imprescindibilidade de observância das normas legais vigentes por parte do Contratado, para fornecimento do objeto licitado:

### **“CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

*Sem prejuízo das disposições em Lei, constituem obrigações das Partes:*

#### **11.1. DO CONTRATADO:**

a) Fornecer os produtos conforme o especificado no objeto deste contrato, de acordo com as determinações da Secretaria Solicitante, **observadas as normas legais vigentes**, bem como as cláusulas e condições previstas neste contrato;” (Anexo VII - destacamos).

Noutro passo, dispõe explicitamente do Edital acerca da necessidade de atendimento às especificações técnicas estabelecidas, e das consequências da sua inobservância. Confira-se:

*“15.13. O Município de Conselheiro Lafaiete/MG reserva-se o direito de **não receber o objeto em desacordo com o previsto neste edital**, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/93.”* (destacamos)

*“15.14. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, **após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas** e consequente aceitação.”* (destacamos)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

A Lei de Licitações, em seu art. 30, *caput*, preconiza que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á ao rol estabelecido nos incisos do dispositivo de lei; entretanto, conforme exegese inequívoca, a lei não é vinculativa no sentido da obrigatoriedade de exigência de tais requisitos, cabendo ao ente promotor da licitação estabelecer, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, as condições de habilitação cabíveis para o certame.

Nem se cogite que a não exigência de determinada certificação/registro/autorização, fulcrada no permissivo contemplado no art. 30, *caput*, da Lei de Licitações, significaria que o(s) vencedor(es) do certame poderá(ão) fornecer produtos/serviços sem qualidade ou que não preencham as disposições legais.

Até mesmo porque, mister que os licitantes estejam devidamente adequados às legislações vigentes de prestação de serviços, descabendo ao ente licitante formular exigências em licitação pública, na fase de habilitação, quando essas já decorrerem de imposição e regulamentação na legislação específica.

Por cediço, o que garantirá a prestação de serviços de forma esmerada e em conformidade com as exigências editalícias é a fiscalização, a cargo da Administração Pública, que deverá ser realizada rigorosamente com o fito de se assegurar a perfeita execução do objeto, fazendo-se cumprir as obrigações já estabelecidas. Informa-se, inclusive, que tais documentos deverão ser apresentados oportunamente, notadamente para fins de formalização da contratação.

Ao influxo de tal raciocínio, considerando se tratar de ato discricionário do ente licitante a delimitação dos requisitos de habilitação técnica no certame, o preceito constitucional no sentido da limitação das exigências de qualificações técnica e financeira, e, ainda, as peculiaridades do caso concreto, com a ausência de sinalização e justificativa do setor técnico das Secretarias solicitantes do certame no sentido da exigência dos documentos versados na impugnação, descabe se falar em modificação das exigências de habilitação no certame, como forma de exaltar a aplicação dos princípios da competitividade, da isonomia, da proporcionalidade e da razoabilidade no presente processo licitatório.

#### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não conhecer a Impugnação interposta por A PREVENTIVA CONTROLE DE PRAGAS E FAUNAS LTDA, notadamente em razão da sua **intempestividade**.
- b) Apreciar, de ofício, as razões que chegaram ao conhecimento da Administração, e, diante da inexistência de ilegalidade/irregularidade, deixar de proceder com as modificações no Edital pretendidas pelo Impugnante, porquanto descabidas, nos moldes delineados no tópico III.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

- c) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via e-mail, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 15 de junho de 2022.

  
**Alisson Dias Laureano**  
**Pregoeiro**